



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL

INQUÉRITO CIVIL nº 14.161.891/17

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Investigada: BANCO DAYCOVAL S.A.

Assunto: Instituição financeira – Solicitação de empréstimo consignado – Concessão de crédito por intermédio do cartão de crédito na modalidade “pré-saque” – Inobservância do limite legal para liberação de crédito para a referida modalidade – Cobrança de taxa superior ao empréstimo consignado convencional – Descontos que recaem apenas sobre juros e encargos – Dívida supostamente impossível de quitar – Cobrança de taxa de conveniência para utilização do saque em caixas eletrônicos (retiradas “PAIS”) – Dever de informação adequada e clara a respeito dos produtos oferecidos – Exigência de vantagem manifestamente excessiva – Práticas abusivas – Não constatação – Arquivamento

Trata-se de inquérito civil instaurado a partir de cópias extraídas do Inquérito Civil 14.717.5523/2017, noticiando que, diante de solicitação de empréstimo consignado, o **BANCO DAYCOVAL S.A.** estaria concedendo crédito através de cartão de crédito na modalidade “pré-saque”, mediante a cobrança de taxas superiores ao empréstimo consignado convencional e sem observar o limite permitido em lei para liberação de crédito para a referida modalidade.

Ademais, estaria realizando descontos, em folha de pagamento, do valor mínimo constante da fatura mensal, que recaem apenas sobre juros e encargos, tornando, assim, impossível a quitação do empréstimo assumido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ainda, procede à cobrança, na fatura do cartão de crédito, de taxa de conveniência para utilização do saque em caixas eletrônicos (retiradas "PAIS").

Instado a se manifestar, o investigado apresentou manifestação escrita a fls. 50/78.

De início, prestou esclarecimentos no que tange ao produto cartão de crédito consignado, regido pela Lei nº 10.820/03, a qual estipula limite máximo de comprometimento de renda: 35% (trinta e cinco por cento) sobre a remuneração disponível, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. Quanto ao referido desconto, explicou que é feito um controle sistêmico, sendo obstada a averbação em valor superior ao limite estabelecido pelo próprio órgão que procede ao desconto em benefício da instituição financeira, como o caso do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Asseverou que o envio do cartão de crédito consignado ocorre após adesão expressa do consumidor, o qual autoriza a reserva de margem consignada no percentual determinado em lei. Após a concessão do crédito por meio de cartão consignado, o consumidor pode utilizá-lo para realização de compras em estabelecimentos comerciais e de saques por meio de terminais eletrônicos ou via telefone (pré-saque ou saque complementar). E, na hipótese de pré-saque, há autorização expressa do consumidor para transferência de valores para a conta corrente antes mesmo do recebimento ou desbloqueio do cartão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Disse, ainda, que existe a opção de liquidar o saldo integral da fatura, não mais incidindo juros ou encargos. E, quanto à taxa de juros, afirmou que é fixada pelo órgão que o servidor ou pensionista está atrelado, devendo ser seguida por todas as instituições financeiras, mencionando à guisa de ilustração a estipulada pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social por meio de Resolução (nº 1.333/17) – fls. 63/64.

Em relação à fatura, asseverou que há a discriminação do valor de saque e das compras, descontado o valor mínimo de pagamento diretamente da folha de pagamento ou do benefício previdenciário. Portanto, o valor restante da fatura pode ou não ser pago, sendo que o pagamento mínimo garante o valor do crédito utilizado.

Expôs também que consta expressamente no documento assinado pelo consumidor a informação de que existem outras modalidades de crédito, como o empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores. Não obstante, esclareceu que são produtos distintos, expondo as diferenças de cada um.

Afirmou que o cartão de crédito consignado possui taxas inferiores aos cartões de crédito convencionais, pois o valor mínimo indicado na fatura será automaticamente descontado em folha.

Especificamente sobre o objeto deste inquérito civil, mencionou que observa o limite permitido em lei para liberação de crédito na modalidade cartão de crédito consignado, mormente porque somente solicita à

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

processadora a reserva da margem (5%) não indicando os valores exatos para o desconto, competindo a citada processadora fazê-lo.

Fez apontamentos sobre o caso da consumidora Nair Oliveira Alves, asseverando que o limite de crédito concedido observou à legislação, pois os limites concedidos para "compras" e "saque/telesaque" não são cumulativos (fls. 62).

No que tange à impossibilidade de quitação do empréstimo narrada na Portaria inaugural, trouxe uma simulação com cálculos matemáticos, a fim de demonstrar que é possível a liquidação do débito com o pagamento mínimo (tabela de fls. 66/67).

Mencionou, outrossim, que presta todas as informações relativas ao cartão de crédito consignado, como se vê pelos *prints* de fls. 68/74.

Quanto à cobrança de taxa de conveniência (PAIS), afirmou que ela é devida quando realiza o saque em caixas eletrônicos ou pré-saque para transferência direta de valores para a conta corrente (TED), cuja cobrança seria permitida pelo Banco Central para cartões de crédito.

Oficiado, o Banco Central do Brasil teceu algumas considerações sobre o cartão de crédito consignado, diferenciando-o da modalidade empréstimo consignado (fls. 110/112).

Notificado a prestar novos esclarecimentos, o reclamado teceu importantes considerações sobre o assunto aqui abordado (fls. 122/130).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aduziu que existe apenas um limite de crédito (total), sendo que os valores indicados como limite na fatura do cartão de crédito não são cumulativos. Esclareceu também que o crédito total disponível pode ser utilizado de ambas as formas: compras e saque. Assim, para as compras pode ser utilizado 100% do limite, mas o saque não alcança o referido percentual, variando de 90% a 95%. Justificou a diferença sob o fundamento de preservação da saúde financeira do consumidor; ou seja, impede que não seja excedido o limite de crédito já na primeira fatura.

Quanto à cobrança da taxa de conveniência (PAIS), alegou conformidade com a Resolução nº 3.919/10 do Banco Central do Brasil, asseverando que consta expressamente o fato gerador dela, a saber: "utilização de canais de atendimento disponíveis no País para retirada em espécie na função crédito". Acrescentou, por derradeiro, que a cobrança da referida taxa decorre da utilização do crédito em espécie, a qual não é uma finalidade do produto cartão de crédito consignado, mormente porque o objeto deste é o crédito, utilizado pelo consumidor por meio de saque do limite de crédito no cartão consignado ou de compras.

O histórico contido nos autos leva-nos à conclusão de que devem ser arquivados.

Com efeito, o presente inquérito civil foi instaurado para se apurar práticas abusivas possivelmente perpetradas pelo banco investigado no que tange ao produto cartão de crédito consignado.

De início, o reclamado trouxe esclarecimentos satisfatórios, expondo à exaustão as diferenças do produto cartão de crédito



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

consignado e empréstimo consignado. E, considerando que os referidos produtos não se confundem, constatou-se pelos elementos de prova coligidos aos autos que não seria possível compará-los, notadamente quanto à cobrança de taxas. Inclusive, esta constatação foi corroborada pelo Banco Central do Brasil (fls. 110/112).

No que tange ao limite de crédito, consta das coesas explicações do banco que cumpre com o que está previsto no ordenamento jurídico, comprovando as suas alegações no fato de que há um controle sistêmico, sendo obstada a averbação em valor superior ao limite estabelecido pelo próprio órgão que procede ao desconto em benefício da instituição financeira, como o caso do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. Ou seja, não indica os valores exatos para o desconto, competindo ao órgão processador fazê-lo.

Ademais, afirmou categoricamente que há um único limite de crédito (total), dividindo-se a utilização dele em compras e saque. Logo, ao que tudo indica, respeita o limite de crédito legalmente previsto.

Quanto ao indício de impossibilidade da quitação do crédito obtido, este não restou comprovado. A bem da verdade, o investigado demonstrou, por cálculos matemáticos realizados em um caso hipotético aqui colacionado à guisa de exemplo, que é sim viável a liquidação do débito com o pagamento mínimo (tabela de fls. 66/67), inexistindo razões para deles duvidar.

No que concerne à cobrança de taxa de conveniência para utilização do saque em caixas eletrônicos (retiradas "PAIS"), esclareceu que ela é possível como se depreende da Resolução nº 3.919/10 - BACEN, o que



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

também foi confirmado pelo Banco Central do Brasil (fls. 110/112). Além disso, esclareceu que a cobrança da referida taxa decorre da utilização do crédito em espécie, a qual não é uma finalidade específica do produto cartão de crédito consignado e, ao que tudo indica, não há óbice para a citada cobrança.

Em relação à informação a respeito dos produtos oferecidos, demonstrou mediante a juntada de *prints* (fls. 68/74) que presta informações relativas ao cartão de crédito consignado no seu sítio eletrônico.

Destarte, não se constataram, pelo conjunto probatório carreado aos autos, as abusividades narradas na Portaria inaugural, sendo desnecessária a adoção de medidas por parte desta Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital.

Ante o exposto, promovo o **ARQUIVAMENTO** destes autos, nos termos do disposto no art. 9º, *caput*, da Lei nº 7.347/85; no art. 110, *caput* da Lei nº 734, de 26.11.1993 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO); e no art. 99, do Ato Normativo nº 484/06 - CPJ, de 05.10.2006 e os remeto, nos moldes da legislação pertinente, para a elevada apreciação desse Egrégio CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

Eliana S M S Malta Moreira Scucuglià
1ª Promotora de Justiça do Consumidor
Graziela Biscaro Laperuta Soares
Analista Jurídico